



COMISSÃO DE TRABALHO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº , DE 2025 (Do Senhor Deputado Luiz Carlos Motta)

Requer a realização de Audiência Pública, **em caráter emergencial**, no âmbito da Comissão de Trabalho (CTRAB) para debater a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), diante das graves denúncias sobre a precarização das relações de trabalho, inclusive com inadimplência de contribuição previdenciária e fundiária.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso XIV, e do artigo 255 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de **audiência pública nesta Comissão de Trabalho (CTRAB)**, em data a ser definida, com o objetivo de **discutir a situação atual da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)**, especialmente no que se refere aos impactos que vêm sendo sofridos por seus trabalhadores, diante de graves indícios de ingerência na gestão, riscos à governança e



comprometimento financeiro da estatal. Tais fatores tornam ainda mais necessária a atuação desta Comissão no sentido de promover a transparência das informações, especialmente no tocante às relações de trabalho em uma empresa pública de tamanha relevância social e estratégica para o nosso país.

Na oportunidade, solicito que sejam convidados para compor a mesa da audiência as seguintes autoridades:

- Presidente do Postalís, Sr. Camilo Fernandes dos Santos;
- Presidente da Postal Saúde, Sr. Eli Pinto de Melo Júnior;
- Presidente dos Correios, Sr. Fabiano Silva dos Santos;
- Presidente da ADCAP, Sr. Roberval Borges Correa;
- Diretora de Auditoria de Estatais da Controladoria-Geral da União (CGU), Conceição Policarpo Correia Mourão de Oliveira;
- Sub-procurador do Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Rocha Furtado.

JUSTIFICATIVA

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é um dos pilares da logística e da comunicação no Brasil. Com atuação em todo o território nacional e papel estratégico no atendimento à população e no suporte à economia, a estatal conta com mais de 84 mil trabalhadores diretos e mais incontáveis indiretos, como familiares e prestadores de serviços, que dependem da solidez da empresa e que garantem o funcionamento de seus serviços essenciais. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado um processo de deterioração administrativa e financeira que afeta diretamente o ambiente de trabalho, os direitos e a segurança funcional dos empregados da empresa.

Segundo informações recebidas pela Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), que representa mais de 20 mil trabalhadores da ativa e aposentados, os Correios enfrentam



atualmente um cenário preocupante, com atrasos em pagamentos, descredenciamento de prestadores do plano de saúde e riscos à manutenção da folha salarial. Soma-se a isso a inadimplência quanto às contribuições previdenciárias e fundiárias de responsabilidade da estatal — um fator que agrava a vulnerabilidade dos empregados e acende alerta sobre o cumprimento de obrigações legais e trabalhistas básicas. A ausência desses repasses, além de prejudicar a seguridade social dos trabalhadores, gera passivos relevantes que comprometem ainda mais a sustentabilidade da empresa.

Esse cenário de instabilidade e má gestão tem gerado um ambiente de insegurança e elevado nível de estresse entre os trabalhadores da ECT, resultando em adoecimento físico e mental. A sobrecarga, a incerteza quanto ao futuro da empresa e a precarização das condições de trabalho têm impactado diretamente a saúde dos empregados. Esse adoecimento recorrente, além de comprometer a qualidade dos serviços prestados, também representa um custo adicional à Previdência Social, que precisa arcar com afastamentos por motivo de saúde, licenças e benefícios decorrentes de doenças ocupacionais.

Conforme matérias publicadas pela imprensa nacional¹, a ADCAP observou indícios de falta de transparência que têm causado prejuízos diretos aos trabalhadores. Neste contexto, a realização desta audiência pública é essencial e deve ser propositiva, voltada à busca de soluções reais para preservar os direitos dos trabalhadores, garantir a sustentabilidade da empresa e recuperar sua credibilidade institucional. O debate público permitirá que esta Comissão ouça representantes dos trabalhadores, especialistas, entidades sindicais e

1 Associação de funcionários vê Correios em situação de 'pré-insolvência' <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/associacao-de-funcionarios-ve-correios-em-situacao-de-pre-insolvencia>; "Hospitais deixam de atender plano dos Correios após calote milionário". <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/hospitais-deixam-de-atender-plano-dos-correios-apos-calote-milionario>



demais envolvidos, promovendo a construção de um caminho que assegure a qualidade dos serviços prestados pela ECT à população.

Coloco-me à inteira disposição de Vossa Excelência, Presidente desta Comissão, inclusive para colaborar com a sugestão de nomes e entidades a serem convidadas a compor a mesa dos debates, de modo a garantir a pluralidade de vozes e o aprofundamento técnico do tema.

Cumpro à Comissão de Trabalho zelar pela proteção das relações laborais no serviço público, especialmente em empresas estatais de grande relevância social. Assim, o debate proposto é imprescindível para promover justiça nas relações de trabalho e assegurar que os princípios constitucionais que regem a administração pública sejam respeitados.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Luiz Carlos Motta
Deputado Federal (PL/SP)

